

Para preservar Dilma, PT tenta proibir prévias
Objetivo é evitar desgaste com escolha dos candidatos ao Senado **• PÁG. A11**

ANOS DE CHUMBO **➤** Segredos revelados

Aeronáutica entrega documentos secretos que dizia ter destruído

São 189 caixas, com 50 mil papéis de 1964 a 1985, com relatos sigilosos sobre Che, Fidel e Lamarca, entre outros

Felipe Recondo
Marcelo de Moraes
BRASÍLIA

Após quatro anos de pressão do governo, a Aeronáutica entregou ao Arquivo Nacional, no início do mês, pelo menos parte dos documentos secretos que produziu durante a ditadura militar. A própria Aeronáutica informara anteriormente que esses itens haviam sido destruídos, o que reaviva a suspeita de que as Forças Armadas mantêm escondidos papéis sigilosos da ditadura.

O arquivo inédito faz parte do acervo do Centro de Segurança e Informação da Aeronáutica (Cisa). São 189 caixas, com aproximadamente 50 mil documentos acumulados nos governos militares, entre 1964 e 1985. O lote inclui informações sobre Ernesto Che Guevara, Fidel Castro e Carlos Lamarca. Mas há indícios de que registros importantes tenham sido retirados antes de efetivada a entrega, no último dia 3.

No acervo estão fichas pessoais, relatórios de monitoramento, segredos diplomáticos, instruções a militares e papéis referentes à Guerrilha do Araguaia, tudo o que a Aeronáutica negou existir em 2006.

Acervo tem fichas pessoais, relatórios de monitoramento e outros segredos

Foi preciso a intervenção da Casa Civil, chefiada pela pré-candidata à Presidência Dilma Rousseff, exigindo a entrega dos arquivos para que ocorresse a liberação. A Aeronáutica acatou a ordem, mas não aceitou a entrega por civis. Oficiais de alta patente comandaram a transferência dos documentos, sob a proteção de soldados.

A Aeronáutica chegou a comunicar à Casa Civil, em 2006, a existência de um acervo com “documentação genérica” e conteúdo “de fortuito componente histórico”. Além disso, negou existir qualquer papel que tratasse de monitoramento, in-



SEGREGO REVELADO – Saito com Jobim: liberação do material secreto, autorizada pelo próprio comandante da Aeronáutica, ficou inicialmente restrita ao Ministério Público Militar

filtração de agentes, perseguição política e estratégias de ação. Mesmo assim, a documentação não foi entregue à época.

O conteúdo só apareceu depois que o Ministério Público Militar cobrou das três Forças informações sobre a destruição de papéis secretos. Mas a disponibilização, autorizada pelo próprio comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, ficou inicialmente restrita ao Ministério Público Militar.

COBRANÇA

A informação de que esses documentos não foram queimados e estão agora no Arquivo Nacio-

nal intrigou o Planalto e levou a Casa Civil a pedir oficialmente ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, a apuração dos fatos. Em 2006, o então comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, enviou ofício ao então ministro da Defesa, o vice-presidente José Alencar, negando a existência dos papéis – não foram entregues nem mesmo os documentos “inofensivos” que estão no Arquivo Nacional e que não envolvem ações de repressão interna contra brasileiros.

Segundo Bueno, parte do acervo foi deliberadamente destruída, como permitia a legisla-

ção da época. Os termos dessa destruição, porém, também teriam sido inutilizados. Outra parte dos arquivos foi eliminada em incêndio no Aeroporto Santos Dumont, onde funcionava o Ministério da Aeronáutica.

Quando assumiu o ministério, mais de um ano depois de os militares terem negado a existência dos papéis, Jobim perguntou às três Forças se, de fato, não havia documentos escondidos. A resposta do Exército, Marinha e Aeronáutica foi a mesma: todo o material foi destruído. A informação foi repassada pelo ministro à Casa Civil.

Depois disso, a pedido do Palácio do Planalto, o ministro da Defesa criou uma comissão para apurar as condições em que isso ocorrera. A lei permitia que certos papéis fossem destruídos, mas impunha condições, como a presença de testemunhas e a produção de um termo de destruição. Agora, a comissão criada na Defesa terá de avaliar se houve insubordinação dos militares e desrespeito à ordem dada por Dilma e amparada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de recolher todos os arquivos da ditadura.

A análise de alguns dos informes do Cisa indica que docu-

mentos importantes podem ter sido retirados antes da entrega ao Ministério Público Militar. Um desses sinais está presente no arquivo cujo título é “Top Secret”. A folha, com marca de um grampo retirado, faz referência a documento que seguia em anexo. Esse anexo, porém, não seguiu para o Arquivo Nacional.

O acervo, em fase de catalogação, não está disponível para consulta. O **Estado**, porém, teve acesso aos papéis, que revelam, por exemplo, a busca da ditadura pelo paradeiro de Guevara no Brasil. Incluem cartas inéditas escritas por Carlos Lamarca para colegas de guerrilha. **•**

Forças Armadas podem ter mais arquivos

Episódio coroa uma série de atritos entre civis e militares no governo

BRASÍLIA

A entrega dos documentos que a Aeronáutica dizia não existir é o mais novo capítulo do embate entre civis e militares no governo e indica que as Forças Armadas podem ter mais arquivos secretos. A evidência de que a FAB descumpriu ordem dada pela Casa Civil e de que documentos foram omitidos do ministro da Defesa, Nelson Jobim, e do vice-presidente José Alencar, que chefiou a pasta, deve gerar novos embates entre ministros. Desta vez, no entanto, até a ala do governo que mais critica os militares se surpreendeu.

O episódio surge depois da crise em torno do lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos e da demissão, no início do mês, do chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, Maynard Marques da Santa Rosa. Ele criticou a criação

da Comissão da Verdade – cuja meta inicial era identificar e punir torturadores do período do regime militar.

A busca pelos arquivos secretos da ditadura começou de forma silenciosa, em 2005, assim que a ministra Dilma Rousseff assumiu o comando da Casa Civil. Em novembro daquele ano, ela determinou o recolhimento de todos os arquivos produzidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CNS), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI).

Em 30 dias, todos os 230 mil microfilmes, 13 arquivos de aço e 1.000 caixas com documentos foram levados pela Polícia Federal ao Arquivo Nacional.

No ano seguinte, a Casa Civil pediu a todos os órgãos do governo, inclusive às Forças Armadas, que encaminhassem seus arquivos ou, se fosse o ca-

so, os termos de destruição da papelada. Exército, Marinha e Aeronáutica comunicaram, oficialmente, ao então ministro da Defesa, o vice-presidente José Alencar, não haver documentos secretos ou os termos de destruição a repassar.

Depois disso, uma comissão foi criada para investigar a legalidade desse processo de destruição, mas ainda não chegou a nenhuma conclusão.

Busca começou de forma silenciosa, assim que Dilma assumiu ministério

No ano seguinte, outra negociação com os militares levou o governo a mandar para o Congresso um novo projeto de Lei de Acesso à Informação. A legisla-

ção reduz o prazo para que documentos sejam mantidos sob sigilo.

Inicialmente, o governo aventava a possibilidade de acabar com o sigilo eterno da papelada. Os militares reagiram de imediato e o Planalto teve de chegar a uma proposta de consenso.

A crise piorou com a iniciativa, apoiada pelo Ministério da Justiça, de questionar no Supremo Tribunal Federal (STF) o alcance da Lei de Anistia, de 1979. E chegou ao ápice no final do ano passado, com o decreto assinado por Lula que criou o Plano de Direitos Humanos.

Os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, ameaçaram pedir demissão durante a discussão do programa. **• F.R. e M.M.**

FAB informa que ‘parte’ dos papéis foi queimada

BRASÍLIA

A descoberta do lote de documentos da Aeronáutica levou o comando da Força a rever os argumentos usados em 2006. Se naquele ano a Aeronáutica afirmou que todos os documentos já haviam sido destruídos, agora informou que, na verdade, “grande parte da documentação” foi queimada.

A Aeronáutica alega, ainda, que o acervo de aproximadamente 200 mil documentos “compõe-se de documentação genérica, entendida como de fortuito componente histórico, retratando a ambiência nacional então vigente”.

O Ministério da Defesa informou que a justificativa da Aeronáutica, em 2006, de que teria destruído todo o acervo, “referia-se a outros documentos, além desses que foram entregues ao Arquivo Nacional”. E

repetiu que a existência desse lote agora revelado “foi informada às autoridades naquele mesmo momento”.

Os documentos tidos por “genéricos” pela Aeronáutica foram produzidos pelo órgão responsável pela atividade de inteligência da Força Aérea Brasileira, o Centro de Segurança e Informação da Aeronáutica (Cisa) e à época classificados como secretos e confidenciais.

Mesmo que a Força considerasse esses documentos como de pouca relevância histórica, a ordem dada pelo governo era para que toda a documentação produzida à época fosse repassada ao Arquivo Nacional.

O Ministério da Casa Civil informou ao **Estado** que na quinta-feira passada pediu ao Ministério da Defesa a apuração dos fatos. **• F.R. e M.M.**

➔ Mais informações na pág. A8